



EDUCAÇÃO em FOCO

e-ISSN 2447-5246  
ISSN 0104-3293

Creative Commons license



## EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NAS DISSERTAÇÕES DO PROFHISTÓRIA - SANTA CATARINA

EDUCATION OF ETHNIC-RACIAL RELATIONS IN THE DISSERTATIONS OF  
PROFHISTÓRIA - SANTA CATARINA (BRAZIL)

Cíntia Régia Rodrigues<sup>1</sup>

<https://orcid.org/0000-0003-3319-3702>

Letícia Stiehler Machado<sup>2</sup>

<https://orcid.org/0000-0003-4995-5281>

### Resumo:

Este artigo parte do seguinte questionamento: quais são as contribuições das dissertações e das dimensões propositivas do Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA) defendidas em Santa Catarina entre 2016 e 2021 para a Educação para as Relações Étnico-Raciais e do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africanas? O objetivo desse artigo é mapear as dissertações do ProfHistória defendidas em Santa Catarina entre 2016 e 2021, que trabalham com a Educação para as Relações Étnico-Raciais e do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. A metodologia é de estado de conhecimento que pretende realizar a reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo (MOROSINI, FERNANDES, 2014). Foram coletadas no portal eduCAPES as dissertações que trabalham com a referida temática. Utilizou-se para a pesquisa os descritores “Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”; “Lei 10.639/2003”; “Relações Étnico-Raciais”; “Educação antirracista” e “Movimento Negro”. Os resultados apontam que de um total de 40 dissertações defendidas no PROFHISTÓRIA da UFSC, no período de 2016 a 2021, cinco abordam o tema pesquisado, representando 12,5%. No PROFHISTÓRIA da UDESC, das 43 dissertações defendidas no mesmo período, sete abordam essa temática, representando 16,28%. Apesar de quantitativamente parecer um número pouco expressivo de dissertações, elas trazem contribuições relevantes para a visibilização do tema, contribuindo na formação continuada dos professores e proporcionando a divulgação e utilização de materiais didáticos nas aulas de História.

**Palavras-chave:** Lei 10.639/2003; ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; ProfHistória.

1 Doutora em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Docente do Departamento de História e Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Regional de Blumenau (FURB), Blumenau/Santa Catarina, Brasil.

2 Licenciada em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Regional de Blumenau (FURB), Blumenau/Santa Catarina, Brasil.

**Abstract:**

This article starts from the following question: what are the contributions of the dissertations and propositional dimensions of the Professional Master's Degree in History Teaching (PROFHISTÓRIA) defended in Santa Catarina between 2016 and 2021 for Education for Ethnic-Racial Relations and the teaching of History and Culture Afro-Brazilian and African? The purpose of this article is to map ProfHistória's dissertations defended in Santa Catarina between 2016 and 2021, which work with education for Ethnic-Racial Relations and the teaching of Afro-Brazilian and African History and Culture. The methodology is based on a state of knowledge that intends to carry out reflection and synthesis on the scientific production of a given area, in a given period of time (MOROSINI, FERNANDES, 2014). The dissertations that work with the aforementioned theme were collected on the eduCAPES portal. The descriptors “Teaching Afro-Brazilian and African History and Culture” were used for the research; “Law 10.639/03”; “Ethnic-Racial Relations”; “Anti-racist education” and “Black Movement”. The results indicate that from a total of 40 dissertations defended in the PROFHISTÓRIA da UFSC, in the period from 2016 to 2021, five address the researched topic, representing 12.5%. In PROFHISTÓRIA da UDESC, of the 43 dissertations defended in the same period, seven address this theme, representing 16.28%. Although quantitatively it seems like a small number of dissertations, they bring relevant contributions to the visibility of the theme, contributing to the continuing education of teachers and providing the dissemination and use of didactic materials in History classes.

**Keywords:** Law 10.639/2003; teaching Afro-Brazilian and African History and Culture; ProfHistória.

**INTRODUÇÃO**

Gomes (2019) afirma que prestes a completar 20 anos da aprovação da Lei 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na educação básica, as iniciativas para que ela seja consolidada ainda carecem de aprofundamento, uma vez que a sua implementação na Educação Básica é irregular. Ainda que o Estado brasileiro venha incorporando, aos poucos, ações e políticas na educação, o processo de implementação da referida lei e das *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana* (2004), que apresentam “orientações, princípios e fundamentos para o planejamento, execução e avaliação da Educação [...]” (BRASIL, 2004, n.p.), não corresponde às reivindicações que o originaram, pois “à medida que o Movimento Negro aprimora a sua luta por emancipação social e pela superação do racismo, mais se intensifica a variedade de formas de opressão e de dominação contra as quais ele tem de se contrapor” (GOMES, 2019, p. 28).

O objetivo desse artigo é mapear as dissertações do Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA) produzidas em Santa Catarina – UFSC e UDESC - entre 2016 e 2021, que trabalham com a temática da Educação para as Relações Étnico-Raciais e do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a fim de investigar as contribuições dessas dissertações para a referida temática na Educação Básica, assim como para a formação do professor/historiador. Silva (2021) destaca a importância do ProfHistória em proporcionar formação continuada para docentes de História da educação básica, formação essa que impacta a educação pública brasileira através da melhoria na prática de muitos professores.

A escolha do estado de Santa Catarina para essa pesquisa se deve ao fato dos descendentes de africanos terem sido considerados um grupo minoritário na região, tanto do ponto de vista

demográfico quanto do ponto de vista político (LEITE, 1996). Nesse sentido, a imigração europeia para região foi utilizada como explicação para o reduzido número de escravos em Santa Catarina no século XIX, indicado nos estudos de Pizza (1975). A imigração europeia é usada também para justificar os 15% da população que se declaram pretos ou pardos no Censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010). De acordo com Seyferth (2012, p. 14), Santa Catarina recebeu “principalmente, imigrantes alemães; os italianos e poloneses vieram depois, já no último quartel do século XIX.” Esse incentivo migratório, paralelo ao processo de libertação dos escravos, fazia parte da política de branqueamento da população promovida pelo Império brasileiro, com a evidente intenção de “tornar o país mais claro” (SCHWARCZ, 2013, p. 32).

Isso não significa dizer que a escravidão não existiu em Santa Catarina, assim como a presença de afrodescendentes, no passado e no presente, contrariando o imaginário que o estado seja tipicamente europeu, que se mantém pelo senso comum e é fomentado pelo turismo e pelas festas tidas como típicas, invisibilizando as pessoas não-brancas (BITENCOURT, 2000). Diversos trabalhos historiográficos vêm, desde a década de 1980, questionando essas narrativas. Destacam-se o livro *Negro em Terra de Branco: escravidão e preconceito em Santa Catarina no século XIX* de Joana Maria Pedro, et al. (1988); a dissertação *Festa de preto em terra de branco: história oral, memória e identidade em Santa Catarina*, dissertação defendida 1994, sobre a Festa do Rosário na cidade de Penha (SC), por José Bento Rosa da Silva, além do livro *Negros no sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade*, organizado por Ilka Boaventura Leite em 1996. A partir dos anos 2000 destacam-se a tese: *Os africanos de uma vila portuária do sul do Brasil: criando vínculos parentais e reinventando identidades. Desterro, 1788/1850* defendida em 2007 por Claudia Mortari e os livros: *Negros em Desterro: experiências das populações de origem africana em Florianópolis na segunda metade do século XIX*, de Paulino de Jesus Cardoso, publicado em 2008; *A Itajahy do século XIX: história, poder e cotidiano*, do José Bento Rosa da Silva, publicado no mesmo ano; e *História Diversa: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina*, organizado por Beatriz Mamigonian e Joseane Vidal em 2013, dentre outros trabalhos.

Para atingir o objetivo proposto, a metodologia utilizada foi estado de conhecimento que consiste na “identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo [...]” (MOROSINI, FERNANDES, 2014, p. 155). Foram coletadas no portal eduCAPES as dissertações que trabalham com a referida temática. Utilizou-se para a pesquisa os descritores “Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”; “Lei 10.639/2003”; “Relações étnico raciais”; “Educação antirracista” e “Movimento Negro”. As dissertações foram salvas em uma pasta no OneDrive. A partir da leitura dos resumos foram criadas as categorias de análise. Além disso, foram construídos quadros e tabelas, inseridos ao longo desse artigo. Reitera-se que na presente pesquisa foram discutidos os conteúdos de seus resumos, as palavras-chaves e a dimensão propositiva, que Souza e Oliveira (2021, p. 18) conceituam como “um material didático acompanhado de orientações e/ou sugestões para sua utilização em atividade de ensino-aprendizagem, a partir de problema(s) diagnosticado(s) pelo docente e que tem como objetivo saná-lo ou contribuir para sua diminuição.” A dimensão propositiva no ProfHistória pode ser um: “projeto de intervenção na escola, caixa de memória, documentário, videoaula, podcast, exposição, texto didático para estudantes da Educação Básica, caderno de atividades, sequências didáticas, recursos didáticos etc.” (SOUZA; OLIVEIRA, 2021, p. 18). A escolha de analisar as dimensões propositivas se justifica porque elas

“equacionam a necessária densidade teórica, de modo a não recair em atividades instrumentais e tecnicistas de reduzido estatuto epistemológico” (CAIMI; OLIVEIRA, 2019, p. 205). Além disso, em algumas dissertações foi necessário fazer a leitura da introdução para identificar alguns dados mais detalhados. O artigo foi dividido em três seções: Lei 10.639/2003 e a Educação para as Relações Étnico-Raciais, em que discutiu-se a aprovação da Lei 10.639/2003; O Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória, no qual apresentou-se o programa e contexto em que ele é criado e por fim *O que dizem as dissertações do ProfHistória em Santa Catarina*, discutindo as dissertações defendidas em Santa Catarina que trabalham o a Educação para as Relações Étnico-Raciais e o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

### LEI 10.639/2003 E A EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

A Constituição Federal de 1988 reconhece o pluralismo étnico-cultural do Brasil e possibilita o combate a um conjunto de desigualdades e o fortalecimento da democracia (RODRIGUES; FABRÍCIO, 2022). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996 traz no Art. 26. §4º “O ensino de História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia” (BRASIL, 1996). Nos anos de 1990 foram elaborados os Parâmetros Curriculares Nacionais, nos quais um dos temas transversais era a Pluralidade Cultural (BRASIL, 1998). Em 2003 a Lei 10.639, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996, foi aprovada tornando obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos estabelecimentos de ensino, conforme citado na introdução. A lei recebeu alteração em 2008 quando foi incluída a obrigatoriedade do Ensino de História Indígena (Lei 11.465/08). Em 2004, as *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana* “apresentam projetos empenhados na valorização da história e cultura dos afro-brasileiros e dos africanos [...]” (BRASIL, 2004, n.p.). Gomes (2012) destaca que a efetivação das leis 10.639/03 e 11.645/08, dependerá da mobilização da sociedade civil “a fim de que o direito à diversidade étnico-racial seja garantido nas escolas, nos currículos, nos projetos político-pedagógicos, na formação de professores, nas políticas educacionais” (GOMES, 2012, p.40), indo além da adoção de programas e projetos realizados de forma aleatória e descontínua, ou ainda desenvolvidos apenas no mês de novembro. Portanto, Coelho e Coelho (2021) afirmam que o enfrentamento ao racismo não se faz apenas com a reformulação das matrizes curriculares. É necessário discutir abordagens didático-pedagógicas para a abordagem de temas sensíveis, como o racismo, o modo que ele afeta crianças e adolescentes, questões fundamentais para que as demandas da sociedade civil sejam efetivadas.

Pereira (2021) defende que “respiramos a colonialidade na modernidade” na educação e no ensino de História, pois o eurocentrismo e o racismo invisibilizam a construção de uma perspectiva realmente democrática nos currículos e na educação. As *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana* afirmam que “a escola e os professores têm que desfazer mentalidade racista e discriminadora secular, superando o etnocentrismo europeu, reestruturando relações étnico-raciais e sociais, desalienando processos pedagógicos.” (BRASIL, 2004, p. 15). É tarefa de todo educador, a luta pela superação do racismo e da discriminação racial no Brasil (BRASIL, 2004). O racismo é entendido por Almeida (2018, p. 25, grifo do autor) como “*uma forma*

*sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios, a depender do grupo racial ao qual pertencam*”. A constituição histórica e econômica do Brasil foi em cima do sangue, do estupro, da violência imposta pelo processo da escravidão e pelo modo de produção escravista aos africanos e africanas escravizados e seus descendentes. Essas circunstâncias influenciam nas estruturas das relações de poder, na economia, na cultura, na educação, no imaginário e nas relações de trabalho brasileiras (PEREIRA, 2021). Desse modo, tornar obrigatório o ensino desses temas na educação básica, assim como trazer diretrizes para os professores trabalharem adequadamente o tema, é uma política de reparação histórica.

O incentivo para pesquisas dentro da temática afro-brasileira e africana é uma demanda do *Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana* (2009), cabendo ao sistema nacional de ensino

fomentar pesquisas [...] na temática das relações étnicorraciais, na CAPES, CNPq e nas fundações estaduais de Amparo à Pesquisa e estimular a criação e a divulgação de editais de bolsas de pós-graduação **stricto sensu** em Educação das Relações étnico-raciais criados e dirigidos aos profissionais que atuam na educação básica, educação profissional e ensino superior das instituições públicas de ensino (BRASIL, 2009, n.p., grifo do autor).

Isso nos leva a crer que a criação do Mestrado Profissional em Ensino de História, em 2013, programa de pós-graduação em rede, atende a essa demanda colocada no *Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana* em 2009, assim como do *Plano Nacional de Educação* (PNE) que instituiu metas para a educação no período de dez anos (2014-2024). Entre essas metas estão a meta 14: “elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.” (BRASIL, 2014, n.p) e a meta 16: “formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação [...]” (BRASIL, 2014, n.p). Nesse sentido, apresentaremos a seguir o ProfHistória e a sua importância para a formação continuada de professores de História.

## **O MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA – PROFHISTÓRIA**

O ProfHistória é um programa de pós-graduação *stricto sensu* reconhecido pela CAPES do Ministério da Educação (MEC), oferecido em rede nacional, com a participação de 39 instituições de ensino superior no Brasil atualmente. Foi criado em 2013, como já destacado, com a primeira turma em 2014, as primeiras dissertações defendidas em 2016. O projeto inicial era de uma rede regional, formada pelas universidades do Rio de Janeiro (UFRJ, UFF, UFRRJ, UERJ, UNIRIO E PUC-RJ). No entanto, nessa ocasião, as orientações CAPES colocaram como pré-condição para a aprovação a ampliação do seu escopo para um formato de mestrado profissional em rede nacional com a incorporação de novos núcleos de outros estados brasileiros (FERREIRA, 2016). O objetivo do ProfHistória é “proporcionar formação continuada aos docentes de História da Educação Básica, a fim de dar qualificação certificada para o exercício da profissão, contribuindo para a



melhoria da qualidade do ensino.” (PROFHISTÓRIA, 2022, n.p.). Marieta Ferreira (2016, p. 44) defende que ele pode contribuir “para a melhoria da qualidade do exercício da docência em História na Educação Básica, visando a dar ao egresso qualificação certificada para o exercício da profissão de professor de História.” Essa relação entre o professor e o historiador está apresentada na Lei nº 14.038, de 17 de agosto de 2020, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de Historiador e dá outras providências. No Art. 4º são apresentadas as atribuições dos historiadores:

I - magistério da disciplina de História nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, desde que seja cumprida a exigência da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB quanto à obrigatoriedade da licenciatura (BRASIL, 2020, n.p).

Nesse documento fica perceptível a relação entre historiador e professor, entre escrever ou ensinar História (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2017). Ensino e Pesquisa não são antagônicos, por isso há uma constante preocupação dos cursos de História com a integração entre as duas formações: a do pesquisador e a do professor (FERREIRA, 2016). Ser professor é também ser pesquisador já que segundo Paulo Freire (2021, p. 30) “não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino”, fazendo parte da prática docente a indagação, a busca, a investigação. Essa indissociação entre ensino e pesquisa aparece também nas “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica” quando no art. 6º apresenta o “fortalecimento permanente da interdependência entre ensino e pesquisa com foco [...] no desenvolvimento integral de docentes, equipes pedagógicas e alunos, na interação com famílias e comunidades [...]” (BRASIL, 2020, p.3). Bittencourt (2022) destaca a necessidade de atendimento à demanda de inserção de historiadores em um campo de trabalho de grande relevância social: à docência na educação básica, conciliando a formação acadêmica (pesquisa no campo de conhecimento específico) e a formação pedagógica (direcionada para o ensino). A autora reconhecer a necessidade de aprimoramento da formação de “historiadores-pesquisadores-professores” (BITTENCOURT, 2022, p.32). Assim, o ProfHistória surge como uma tentativa de enfrentar diretamente esse desafio na formação continuada.

Em Santa Catarina são duas instituições associadas, desde 2014: a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), ambas na capital do estado, Florianópolis. De acordo com o site do ProfHistória Nacional, foram publicados sete editais de ingresso ao programa para os anos de 2014, 2016, 2018, 2019, 2020, 2022 e 2023. Destaca-se que até 2018 o ingresso era bienal, depois passa a ser anual. No ano de 2021 não foi publicado edital de ingresso, acreditamos que seja em razão da Pandemia de COVID-19. A seleção é feita através do Exame Nacional de Acesso, que consiste em uma prova com questões objetivas e discursivas, que priorizam aspectos teórico-metodológicos do campo da História e do Ensino de História. É realizado, ao mesmo tempo, em todas as Instituições Associadas. Podem se matricular no ProfHistória, segundo o regimento do programa, “diplomados em cursos de Licenciatura reconhecidos pelo Ministério da Educação, com atuação na disciplina escolar História na Educação Básica” (PROFHISTÓRIA, 2022, n.p).

## O QUE DIZEM AS DISSERTAÇÕES DO PROFHISTORIA EM SANTA CATARINA

A partir da metodologia do estado de conhecimento (MOROSINI, NASCIMENTO, NEZ, 2021), conforme citado na introdução, realizou-se a leitura flutuante, para construção da

bibliografia anotada, que consiste no agrupamento dos resumos das produções e da bibliografia sistematizada, “que se constitui a relação dos trabalhos a partir dos seguintes itens: número de identificação do trabalho, ano de defesa, autor, título, [...] metodologia e resultado” (MOROSINI, NASCIMENTO, NEZ, 2021, p.73). E, posteriormente, a bibliografia categorizada exigiu uma leitura aprofundada dos textos selecionados para organizar as categorias analíticas. O quadro a seguir apresenta as dissertações, que foram enumeradas de 1 a 12, assim como a instituição em que foi defendida a dissertação, o título, o/a autor/a, e o ano de defesa.

**Quadro 1:** Dissertações defendidas nos ProfHstória’s de Santa Catarina entre 2016 e 2021 com a temática da Educação para as Relações Étnico-Raciais e do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

n°	INSTITUIÇÃO	TÍTULO	AUTOR	ANO
D1	UDESC	Vozes, Corpos e Saberes do Maciço: Memórias e Histórias de Vida das Populações de Origem Africana em Territórios do Maciço do Morro da Cruz/Florianópolis	Karla Andrezza Vieira Vargas	2016
D2	UDESC	A Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História na Educação de Jovens e Adultos da Rede Municipal de Florianópolis (2010 – 2015)	Carina Santiago dos Santos	2016
D3	UDESC	Provocações Crônicas: A construção de um site educativo para repensar a escola, a disciplina de História e as Áfricas	Bruno Ziliotto	2016
D4	UFSC	Construindo visibilidades na cidade de São José/SC: uma proposta de Ensino de História e Patrimônio Cultural dos povos africanos e afrodescendentes	Mylene Silva de Pontes Visani	2018
D5	UFSC	A Educação Para as Relações Étnicorraciais no Ensino de História: Memórias e Experiências de Professoras da Educação Básica	Odair de Souza	2018
D6	UDESC	Narrativas sobre a Diáspora Africana no Ensino de História: trajetórias de africanos em Desterro/SC no século XIX	Carolina Corbellini Rovaris	2018
D7	UDESC	Adotiva Liberato Valentim: Memórias sobre uma professora de origem africana em Florianópolis (1931 a 1986): uma exposição histórica como ação educativa”	Adriana May Aguiar	2018
D8	UDESC	Memórias e Histórias de lutas: o Ensino de História, o movimento negro contemporâneo e os caminhos para a aprovação da Lei 10.639/03 (1990-2003)	Sidnei Sutil dos Reis	2018
D9	UFSC	Ensino de História, Canção e Identidades Afro-Brasileiras: O Rap como possibilidade	Sandro José Celeste	2019
D10	UFSC	Educação para as Relações Étnico-Raciais no Centro de Ensino Fundamental Miguel Arcanjo – São Sebastião – Distrito Federal: diálogos dentro e fora da escola	Técia Goulart de Souza	2019
D11	UDESC	““[...] Vai haver outra Guerra, A Guerra das Mulheres”: o protagonismo das Mulheres Iboas na escrita de Flora Nwapa (Nigéria 1960)”	Tathiana Cristina da Silva Anizio Cassiano	2020
D12	UFSC	O Caminho de Casa: ensinar História com a literatura e educar-se nas Relações Étnico-Raciais	Mariana Jucá de Mello Cardozo	2021

Fonte: As Autoras

As dissertações analisadas estão delimitadas entre os anos 2016 e 2021. Como pode ser observado na tabela 1, apenas em 2017 não foi publicado nenhuma dissertação com a temática da Educação para as Relações Étnico-Raciais e do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Percebe-se que o ano com maior número de publicações é 2018, na segunda turma de mestrandos. Além disso, ao analisar o quadro 1, é possível identificar que as três dissertações do ano de 2016, foram produzidas na UDESC. Sendo assim, apenas a partir da segunda turma do ProfHistória da UFSC é que o tema ganha espaço.

**Tabela 1:** Ano de publicação das dissertações com o tema da Educação para as Relações Étnico-Raciais e do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana do ProfHistória em SC.

ANO	QUANTIDADE DE DISSERTAÇÕES
2016	3
2017	0
2018	5
2019	1
2020	2
2021	1
<b>TOTAL</b>	<b>12</b>

Fonte: As autoras

Com relação ao número total de dissertações defendidas nos ProfHistória's de Santa Catarina, considerando a tabela 2, percebe-se que de um total de 83 dissertações defendidas, apenas 12 tem o tema da Educação para as Relações Étnico-Raciais e do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, o que representa aproximadamente 14,5% do total.

**Tabela 2:** Quantidade de dissertações do ProfHistória defendidas em Santa Catarina entre 2016-2021.

	Total de dissertações com a temática da Educação das Relações Étnico-Raciais para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana	Total de dissertações defendidas no programa
UFSC	5	40
UDESC	7	43
<b>TOTAL EM SC</b>	<b>12</b>	<b>83</b>

Fonte: As Autoras

Essas pesquisas são muito importantes, mas refletem o número pouco expressivo de produções voltadas para o tema abordado nesse trabalho. Esses dados demonstram a necessidade cada vez maior da discussão desse tema nas escolas do estado, a fim de promover discussões e problematizações na Educação Básica, que já vem sendo produzidas na academia a algum tempo. Assim, Oliveira (2021) adverte que, sendo o ensino o maior campo de atuação dos profissionais formados em História, ele não deve continuar sem dialogar com os conhecimentos produzidos pelos pesquisadores do campo. Ainda que em um quantitativo pequeno, essas produções demonstram o compromisso social e político das investigações com temas sensíveis, ancorados nas demandas sociais da escola, evidenciando a contribuição do ProfHistória para a efetivação do diálogo entre escola, universidade e sociedade. Destaca-se, ainda, que essas pesquisas envolvem professores que investigam a sua própria prática, discutindo a epistemologia da prática profissional docente (SILVA, 2021).



As dissertações que compõem o acervo empírico dessa pesquisa foram categorizadas, a partir da leitura dos resumos das dissertações do ProfHistória, conforme tabela 3. Percebe-se que apesar de todas terem a mesma temática, nenhuma dissertação se debruçou sobre o mesmo objeto de pesquisa, demonstrando a diversidade de objetos que podem ser explorados dentro da Educação para as Relações Étnico-Raciais na área da História.

**Tabela 3:** Categorias de análise criadas *a posteriori*.

CATEGORIA	DISSERTAÇÕES
<b>C1</b>	Patrimônio Cultural, Memórias e Trajetórias [D1], [D4], [D5], [D6], [D7], [D8].
<b>C2</b>	Literatura e Música no ensino de História [D3], [D9], [D11], [D12].
<b>C3</b>	Outros [D2], [D10].

Fonte: As Autoras

A partir dos temas de pesquisa foram elaboradas as categorias de análise, C1: Patrimônio Cultural, Memórias e Trajetórias; C2: Literatura e Música no ensino de História e C3: Outros – tendo em vista que duas dissertações não se encaixaram nas duas categorias criadas. A ordem de cada categoria remete ainda ao número de trabalhos encontrados em cada temática, ou seja, C1 - categoria com maior número de pesquisas e, por conseguinte, C3 é a categoria com o menor número de pesquisas.

Para a *C1- Patrimônio Cultural, Memórias e Trajetórias* foram selecionadas as dissertações [D1], [D4], [D5], [D6], [D7], [D8] que discutem o patrimônio cultural, assim como questões relativas à memória individual e coletiva, além das trajetórias de pessoas africanas e afro-brasileiras. No que se refere à memória, o historiador Jaques Le Goff (1990) defende que ela é um elemento essencial para a identidade, seja ela individual ou coletiva, pois ela é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades na atualidade. Assim, “a memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro.” (LE GOFF, 1990, p. 477). Nesse sentido, trabalhar a memória de africanos e afro-brasileiros possibilita dar visibilidade a esses patrimônios e trajetórias, assim como partir de inquietações do presente.

A [D1] tem como objetivo apresentar reflexões a partir das vozes, corpos e saberes das populações de origem africana, em territórios do Maciço do Morro da Cruz, Florianópolis, ancoradas em perspectivas epistemológicas decoloniais. A metodologia consiste em coleta de dez depoimentos, entre eles temos jovens, adultos, idosos, homens e mulheres que carregam a insígnia da cor e que protagonizam saberes, para pensar a História Local a partir da memória desses sujeitos vistos como subalternizados. A perspectiva teórica partiu essencialmente dos estudos de Aníbal Quijano (2012), Antonietta Antonacci (2013), Catherine Walsh (2009), Gayatri Spivak (2010), Mario Rufer (2011), Ramón Grosfoguel (2008) e Walter Mignolo (2003). A [D4] apresenta uma proposta metodológica de ensino de História que problematiza a cidade de São José (SC) e seus diferentes espaços de memória articulados ao debate das relações étnico-raciais. A metodologia é de análise das diferentes etapas de desenvolvimento desse trabalho, refletindo-se sobre alguns elementos da prática pedagógica da professora pesquisadora que é autora da pesquisa e alguns

elementos da recepção dos alunos envolvidos: uma turma de 8º ano de uma escola pública de São José (SC). Não cita concepções teóricas no resumo.

A [D5] investiga interfaces de memórias e experiências de professoras de História a partir da análise da implementação da Lei 10.639/2003, bem como das orientações emanadas das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e sua associação aos princípios da interculturalidade e da Decolonialidade. A metodologia consiste em análise das mônadas oriundas de entrevistas com professoras de História do ensino médio da Escola Pública Estadual Luiz Carlos Luiz, no município de Garopaba (SC). Dialogou-se com autores e autoras latino-americanos que postulam a colonização do poder, do saber, do ser, memória e experiência, interculturalidade e interculturalidade na educação. Além de França (2015) e Walter Benjamin (1984). A [D8] analisa o papel desempenhado pelo movimento negro contemporâneo no Brasil, partindo das especificidades do Movimento Negro em Florianópolis. A metodologia é de análise de fontes oficiais, fotografias e jornais, para compreender quais ações caracterizam suas atuações na contribuição para a construção da legislação que resultou na Lei 10.639/2003. Não cita aportes teóricos.

A [D6] apresenta uma proposta de ensino por meio da construção de narrativas históricas que tenham como foco trajetórias de africanos que viveram em Desterro/SC no século XIX. A metodologia é de análise de documentos históricos do período, aliado a uma ampla discussão bibliográfica atual sobre o tema. Aporte teórico: Estudos Culturais. A [D7] objetiva conceder visibilidade a trajetória de vida da professora de origem africana Adotiva Liberato Valentim, que atualmente nomeia uma Escola Municipal em Florianópolis – SC, partindo disto, são discutidas questões referentes à Educação para as Relações Étnico-Raciais. A metodologia é da história oral, pois foram realizadas entrevistas com ex-alunos e familiares dessa professora. As concepções teóricas: Catherine Walsh, Angela Davis e Bell Hooks (interculturalidade); Benito Schmidt e Verena Alberti (História oral); conceitos de memória e experiência apropriados de Walter Benjamin e Stuart Hall.

Para a C2 - *Literatura e Música no ensino de História* foram selecionadas as dissertações [D3], [D11], [D12], que utilizam literatura como fonte para o ensino de História e a [D9], que utiliza o rap como fonte. Para discutir essa temática, Circe Bittencourt (2008) apresenta as possibilidades do uso didático de documentos, assim como de documentos não escritos na sala de aula. A autora coloca que o uso de literatura pelas disciplinas escolares faz parte de uma longa “tradição escolar”, sendo o enlace entre a História e a literatura sempre desejável. Além de desenvolver “o gosto pela leitura” entre os alunos, o uso da literatura no ensino de História possibilita “analisar os textos literários como documentos de época, cujos autores [...] pertencem a determinado contexto histórico e são portadores de uma cultura exposta em suas criações seguidores de determinada corrente artística e representantes de seu tempo”. (BITTENCOURT, 2008, p. 342).

O uso de música no ensino de História, segundo Bittencourt (2008) é frequente pois situam os jovens diante de um meio de comunicação próximo de sua vivência, podendo o/a professor/a pode identificar o gosto e a estética da nova geração, assim como apresentá-los outras formas de ouvir música, remetendo a outros tempos. Além disso, grande parte das músicas utilizadas

introduzem “temas relacionados a vida dos trabalhadores ou a aspectos da vida cotidiana que expressam discriminações étnicas e de gênero”. (BITTENCOURT, 2008, p. 379). Um dos gêneros muito trabalhados é o *rap*, porque além de discutir os aspectos citados acima, servem de referência para a produção de composições por parte dos próprios estudantes, principalmente nas periferias de grandes cidades. No entanto, para trabalhar com música é preciso que um momento de lazer e diversão seja transformado em ação intelectual (BITTENCOURT, 2008).

A [D3] apresenta reflexões e propostas para contribuir na construção de práticas pedagógicas que relacionem e problematizem a escola, o conhecimento sobre o continente africano e a discussão racial no Brasil, a partir dos instrumentos da História. A metodologia é de análise de crônicas que compõem a dimensão propositiva. Trabalha com o conceito de branquitude, mas não cita autores ou concepções teóricas no resumo.

A [D9] explora as possibilidades do uso de canções no ensino de história, tendo em vista colocar em evidência de que modo a letra e a musicalidade de algumas canções, no caso, do gênero musical rap, podem estimular relações identitárias associadas às múltiplas identidades afro-brasileiras. A metodologia é de análise de todas as canções contidas em dois discos, “Sobrevivendo no Inferno” (1997) dos Racionais MCs e “Nó na Orelha” (2011) de Criolo, que marcam o dinamismo do rap no Brasil. CONCEPÇÕES TEÓRICAS. Marcos Napolitano, Mirian Hermeto e Circe Bittencourt. Kathryn Woodward, Stuart Hall e Tomás Tadeu da Silva (Estudos Culturais).

A [D11] objetiva construir caminhos e estratégias para um ensino de história da África que, em diálogo com os parâmetros estabelecidos por meio da Lei 10.639/2003 e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004), possibilite a construção de conhecimento e compreensão positivada das populações africanas, ou seja, percebendo-as como protagonistas do processos históricos e não encerradas no estereótipo de vítimas passivas. A metodologia consiste no uso de literatura como fonte devido ao caráter histórico do testemunho literário. Concepções teóricas: estudos pós-coloniais e decoloniais, mas não cita autores no resumo. A [D12] apresenta como pergunta de pesquisa: como promover uma Educação para as Relações Étnico-Raciais – uma educação antirracista – nas aulas de História, em diálogo com a Literatura? O percurso teórico-metodológico da pesquisa encontrou sustentação teórica na interlocução com os estudos de Ana Zavala (2008; 2015) sobre a singularidade da análise da prática de ensino de História quando realizada pela própria professora na escola em que trabalha: E.B Porto do Rio Tavares (Florianópolis/SC) em uma turma de 9º ano. Os referenciais teóricos utilizados foram: Nilma Lino Gomes (2017), sobre educação antirracista; Ana Maria Monteiro (2007), (2011) e Hebe Mattos (2003), para pensar o campo do Ensino de História; Jorge Larrosa (2018), (2019) e Karen Rechia (2019), que foram inspirações para refletir acerca do ofício do professor.

Na C3 – *Outros*, foram colocadas as dissertações [D2], que trabalha a Educação para as Relações Étnico-Raciais o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na EJA; e a [D10] que relaciona a Parte Diversificada (PD) do currículo de São Sebastião (DF) com a Educação para as Relações Étnico-Raciais. A [D2] objetiva apresentar uma compreensão dos desafios e limites da articulação da Educação para as Relações Étnico-Raciais, a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e a Educação de Jovens e Adultos (EJA) da Rede Municipal de Florianópolis. A metodologia consiste em questionário aplicado a estudantes e corpo docente. O

resumo não consta concepções teóricas. Já, a [D10] objetiva a construir uma proposta de práticas pedagógicas no Centro de Ensino Fundamental Miguel Arcanjo, em São Sebastião (Distrito Federal), na disciplina Parte Diversificada (PD) e sua relação com a Educação para as Relações Étnico-Raciais, em consonância com a Lei 10.639/2003 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Os sujeitos da pesquisa são professores/as que atuam na referida disciplina. As experiências e lembranças estão narradas em forma de monadas, de acordo com a perspectiva de Benjamin. Aporte Teórico: pensadores decoloniais, mas não cita quais no resumo.

Quanto aos produtos, Oliveira (2021) teme que eles não estão sendo devidamente dimensionados e valorizados, por isso defende as três principais contribuições: 1. divulgação científica, uma vez que se apropria dos conhecimentos históricos produzidos nas pesquisas de programas de pós-graduação acadêmicos, promovendo uma aplicabilidade que não é o objetivo desses; 2. busca de soluções para as questões do ensino-aprendizagem em História, podendo ser utilizado na formação inicial e continuada de professores; e 3. a parte propositiva ressignifica os conteúdos e os utiliza como meio de ensino-aprendizagem e não como fim em si mesmo. Além das contribuições, a autora apresenta a principal crítica que o “produto” recebe. O uso desse termo, em vez de “dimensão propositiva” – como é citado no § 1º do Artigo 15 do Regimento Geral – causou dificuldades de entendimentos e críticas sobre a possível vinculação mercadológica desses materiais.

**Tabela 4:** Parte ou Dimensão Propositiva, conhecida como "produto".

TIPO DE PRODUTO	QUANTIDADE
Material Didático (Livro, Guia)	3
Site Educativo	3
Plano de Aula/Sequência Didática	2
Proposta Pedagógica	1
Ação Educativa	1
Outro	2

Fonte: As Autoras

Para Silva (2021, n.p., grifo da autora) a dimensão propositiva vem impactando o campo da produção acadêmica, pois “valorizam a sala de aula, a escola, o entorno, a localidade, a comunidade escolar e a cidade como *locus* de pesquisa [...] visibilizando, assim, os saberes produzidos na escola.” Nas dissertações investigadas nesse artigo, conforme tabela 5, destacam-se a produção de materiais didáticos, sendo esses livros para usar em sala de aula [D1] e [D11] ou guia para professores [D2] e de sites educativos [D6], [D3], [D12], além de planos de aula/sequências didáticas [D4] e [D8]. No trabalho que apresenta a Proposta Pedagógica [D10], ela é pensada como programa da disciplina da Parte Diversificada do currículo da Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal (SEEDF), no qual cada escola do DF constrói a sua. Souza (2018, p. 87) nomeia essa disciplina de “Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER)”. Observa-se a possibilidade de o produto ter caráter inovador e tecnológico, como no caso dos sites educativos.

## CONCLUSÕES E IMPLICAÇÕES

Os dados quantitativos apontam que de um total de 40 dissertações defendidas no ProfHistória da UFSC, no período de 2016 a 2021, cinco abordam o tema pesquisado, representando 12,5%. No ProfHistória da UDESC, das 43 dissertações defendidas no mesmo período, sete abordam essa temática, representando 16,3%. Em Santa Catarina, as dissertações com a temática investigada representam aproximadamente 14,5%. Os números ainda são baixos, tendo em vista que mais de 50% da população brasileira se identifica como negra de acordo com o IBGE (2010) e que em 2023, completaram 20 anos da aprovação da Lei 10.639/2003.

Qualitativamente, as dissertações trazem contribuições relevantes para a visibilização do tema, favorecendo a formação continuada dos professores e proporcionando a divulgação e utilização de materiais didáticos nas aulas de História. A análise a partir das categorias permitiu perceber os temas evidenciados nas pesquisas e agrupá-los de acordo com o referencial-teórico pertinente. As discussões acerca do Patrimônio Cultural, Memórias e Trajetórias demonstram a importância da discussão sobre o patrimônio cultural e das questões relativas à memória individual e coletiva, além das trajetórias de pessoas africanas e afro-brasileiras no passado e no presente, já as discussões sobre Literatura e Música demonstram a importância dessas fontes no ensino de História.

Nesse sentido, Silva (2021) aponta que não só os professores que cursam o mestrado são impactados por ele, mas os diversos sujeitos escolares, que direta ou indiretamente envolvidos nas pesquisas, que sentem mais motivados e estimulados. Destaca-se a importância de uma interação dos professores entre os espaços universitários e escolares – pois é nessa relação que se encontram as potencialidades da formação inicial e continuada dos docentes. Sendo assim, essas trocas entre escola e universidade podem proporcionar um leque de possibilidades para pesquisas futuras, visando a efetivação da Educação para as Relações Étnico-Raciais e do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Adriana May de. **Adotiva Liberato Valentim**: Memórias sobre uma Professora de Origem Africana em Florianópolis (1931 a 1986): Uma exposição histórica como Ação Educativa. 2018. 126 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Ensino de História - ProfHistória, Universidade do estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/431552/2/Adriana%20May%20de%20Aguiar%20-%20Educapes.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2022.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Uma escola sem sentido: por que a profissão de historiador não é regulamentada? *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 21, n. 2, p. 1-11, 18 abr. 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5798/579862152015/579862152015.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2022.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- BITENCOURT, João Batista. Cidades em movimento. *In*: BRANCHER, Ana (org.). **História de Santa Catarina**: estudos contemporâneos. 2. ed. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000. p.26-40.



BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 2ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BITTENCOURT, Jane. Pesquisa e Ensino na qualificação profissional de professores de História: o ProfHistória. In: BITTENCOURT, Jane et al (org.). **Diálogos formativos: ProfHistória e o Programa Rede de Saberes**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2022. p. 28-40.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Lei Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Brasília, 09 jan. 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm). Acesso em: 22 abr. 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Brasília, 10 mar. 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm). Acesso em: 29 set. 2021.

BRASIL. **Lei nº 14.038, de 17 de agosto de 2020**. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Historiador e dá outras providências. Brasília, 17 ago. 2020. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/lei/114038.htm#](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/114038.htm#). Acesso em: 15 ago. 2022.

BRASIL. **Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996 Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 04 maio 2022.

BRASIL. **Programa de Mestrado Profissional para Professores da Educação Básica - ProEB**. 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-a-distancia/proeb>. Acesso em: 07 jul. 2022.

BRASIL. **Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, 17 abr. 2004. Disponível em: <https://editalequidaderacial.ceert.org.br/pdf/diretrizes.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2022.

CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. **Negros em Desterro: as experiências das populações de Desterro na segunda metade do século XIX**. Itajaí: Casa Aberta, 2008.

CARDOZO, Mariana Jucá de Mello. **O Caminho de Casa: ensinar História com a literatura e educar-se nas Relações Étnico-Raciais**. 2021. 95 f. Dissertação (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Ensino de História - ProfHistória, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/642316>. Acesso em: 07 jul. 2022.

CASSIANO, Tathiana Cristina da Silva Anizio. “[...] **Vai haver outra guerra, a guerra das mulheres**”: o protagonismo das mulheres Ibo na escrita literária de Flora Nwapa (Nigéria 1960). 2018. 105 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Ensino de História - ProfHistória, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://www.educapes.capes.gov.br/handle/capes/601296>. Acesso em: 07 jul. 2022.

CELESTE, Sandro José. **Ensino de História, Canção e Identidades Afro-Brasileiras: o Rap como possibilidade**. 2019. 104 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Ensino de História - ProfHistória, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/574688?mode=full>. Acesso em: 07 jul. 2022.

COELHO, Mauro Cezar; COELHO, Wilma de Nazaré Baía. Educação para as Relações Étnico-Raciais e a formação de professores de História nas novas diretrizes para a formação de professores! **Educar em Revista**, Curitiba, v. 37, p. 1-25, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.77098>. Acesso em: 12 set. 2022.

FERREIRA, Marieta. O ensino da História, a formação de professores e a Pós-Graduação. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 23, n. 44, p. 21-49, dez. 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/68383/41418>. Acesso em: 05 jun. 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz&Terra, 2021.

GOMES, Nilma Lino (org.). **Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei nº 10.639/03**. Brasília: Mec; Unesco, 2012. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000260516>. Acesso em: 23 abr. 2022.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro brasileiro indaga e desafia as políticas educacionais. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros - ABPN**, Guarulhos, v. 11, p. 141-162, abr. 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.31418/2177-2770.2019.v11.c.1.p141-162>. Acesso em: 10 maio 2022

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Tabela 2094 – População residente por cor ou raça e religião**. 2010. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/2094#resultado>. Acesso em: 04 jul. 2022.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990. 553 p.

LEITE, Ilka Boaventura (org.). **Negros no sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

MALAVOTA, Claudia Mortari. **Os africanos de uma vila portuária do sul do Brasil: criando vínculos parentais e reinventando identidades**. Desterro, 1788/1850. 2007. 218 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti; VIDAL, Joseane Zimmermann (org.). **História Diversa: africanos e afrodescendentes na ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora UFSC, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/230551/Hist%20diversa%20e%20book%2022dez2021.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em: 31 jul. 2022.

MOROSINI, Marília Costa; FERNANDES, Cleoni Maria Barbosa. Estado do conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/poescrito/article/view/18875/12399>. Acesso em 05 jun. 2022.

MOROSINI, Marília Costa; NASCIMENTO, Lorena Machado do; NEZ, Egeslaine de. Estado de conhecimento: a metodologia na prática. **Revista Humanidades e Inovação**, Palmas, v.8, n.55, 2021. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/4946>. Acesso em: 12 nov. 2022.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. A dimensão propositiva da pesquisa no contexto dos Mestrados Profissionais: reflexões a partir do PROFHISTÓRIA. *In*: CESCO, Susana et al. (org.) **Ensino de História: Reflexões e Práticas Decoloniais**. Porto Alegre: Letra1, 2021. p. 135-144.

PEDRO, Joana Maria et al. **Negro em terra de branco: Escravidão e preconceito em Santa Catarina no século XIX**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986. 64 p.

PEREIRA, Amilcar Araujo. **Narrativas de (Re)Existência: antirracismo, história e educação**. Editora Unicamp: Campinas, 2021.

PROFHISTÓRIA. **PROFHISTÓRIA** - Mestrado Profissional em Ensino de História. 2022. Disponível em: <https://profhistoria.ufrj.br/>. Acesso em: 07 jul. 2022.

REIS, João José. **Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

REIS, Sidnei Sutil dos. **Memórias e Histórias de Lutas: o ensino de História, o Movimento Negro Contemporâneo e os caminhos para a aprovação da lei 10.639/03 (1990 – 2003)**. 2018. 126 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Ensino de História - ProfHistória, Universidade do estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/431555/2/Sidnei%20Sutil%20dos%20Reis%20-%20Educapes.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2022.

RODRIGUES, Cíntia Régia; FABRÍCIO, Edison Lucas. “Eu não sei se posso dizer que não sou racista”: narrativas discentes sobre história da cultura afro-brasileira e indígena na Educação Superior. **Práxis Educativa**, v. 17, p. 1-20, 22 fev. 2022.

ROVANIS, Carolina Corbellini. **Narrativas sobre a Diáspora Africana no ensino de História: trajetórias de Africanos em Desterro/SC no século XIX**. 2018. 142 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Ensino de História - ProfHistória, Universidade do estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/431274>. Acesso em: 07 jul. 2022.

SANTOS, Carina Santiago dos. **A Educação das Relações Étnico-Raciais e o ensino de História na Educação de Jovens e Adultos da Rede Municipal de Florianópolis (2010 – 2015)**. 2016. 122 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Ensino de História - ProfHistória, Universidade do estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/173502>. Acesso em: 07 jul. 2022.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **Nem preto nem branco muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira**. São Paulo: claroenigma, 2013.

SILVA, José Bento Rosa da. **A Itajahy do século XIX: história, poder e cotidiano**. Itajaí: Udesc/Casa Aberta, 2008.

SILVA, José Bento Rosa da. **Festa de preto em terra de branco: história oral, memória e identidade em Santa Catarina.** 1994. 1 v. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1994.

SILVA, Mônica Martins da. A formação docente no PROFHISTÓRIA: reflexões tramadas em experiências de compartilhamento de saberes. **Palavras Abehrtas**, Ponta Grossa, n. 0, p. 1-9, jun. 2021. Disponível em: <https://palavrasabehrtas.abeh.org.br/index.php/palavrasABEHrtas/article/view/9>. Acesso em: 29 jun. 2022.

SOUZA, Juliana Teixeira; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. O ensino-aprendizagem de História na Educação Básica e na formação de professores. In: SOUZA, Juliana Teixeira; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (org.). **Escravidão no Rio Grande do Norte.** Natal: EDUFRN, 2021. p. 11-19. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/45029>. Acesso em: 05 jul. 2022.

SOUZA, Odair de. **A Educação para as Relações Étnicorraciais no ensino de História: memórias e experiências de professoras da Educação Básica.** 2018. 213 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Ensino de História - ProfHistória, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/430808>. Acesso em: 07 jul. 2022.

SOUZA, Técia Goulart de. **Educação para as Relações Étnico-Raciais no Centro de Ensino Fundamental Miguel Arcanjo – São Sebastião – Distrito Federal: diálogos dentro e fora da escola.** 2020. 114 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Ensino de História - ProfHistória, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/699794?mode=simple>. Acesso em: 07 jul. 2022.

VARGAS, Karla Andrezza Vieira. **Vozes, Corpos e Saberes do Maciço: Memórias e Histórias De Vida Das Populações De origem Africana Em Territórios Do Maciço Do Morro Da Cruz/Florianópolis.** 2016. 126 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Ensino de História - ProfHistória, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/173542>. Acesso em: 07 jul. 2022.

VISANI, Mylene Silva de Pontes. **Construindo Visibilidades na cidade de São José/SC: uma proposta de ensino de História e Patrimônio Cultural dos Povos Africanos e Afrodescendentes.** 2018. 138 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Ensino de História – ProfHistória, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/430800>. Acesso em: 07 jul. 2022.

ZILIOTTO, Bruno. **Provocações Crônicas: a construção de um site educativo para repensar a escola, a disciplina de História e as Áfricas.** 2016. 126 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Ensino de História - ProfHistória, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/173482>. Acesso em: 07 jul. 2022.

Recebido em: 07/12/2022

Aceito em: 20/03/2023